

Fabio Victor

PODER CAMUFLADO

OS MILITARES E A POLÍTICA,
do fim da ditadura
à aliança com Bolsonaro



COMPANHIA DAS LETRAS

14. Um governo de (e para) militares

É um jantar na residência do embaixador do Brasil em Washington, DC, Sergio Amaral. Em torno do principal personagem da noite — o presidente Jair Bolsonaro, empossado há menos de três meses — estão porta-vozes do conservadorismo norte-americano, como o professor Walter Russell Mead, o crítico Roger Kimball, o lobista Matt Schlapp, presidente da Coalizão de Ação Política Conservadora, e Steve Bannon, estrategista-chefe de Donald Trump na vitoriosa campanha presidencial de 2016. Bannon participou do governo republicano, mas foi demitido sete meses depois. Mais tarde seria preso sob a acusação de envolvimento na invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021.

A grande mesa oval no centro do salão foi enfeitada com castiçais de prata e arranjos de flores, elementos que, junto com a louça, os talheres e as taças de vinho e de água denotam a sofisticação do evento. Encontram-se ali também os ministros da Fazenda, Paulo Guedes, e da Justiça, Sergio Moro, dois dos principais fiadores da eleição do presidente brasileiro fora da caserna — o primeiro, no *mercado*; o segundo, no então pujante *lavajatismo*. E um convidado especial, o ex-astrólogo e professor de filosofia on-line Olavo de Carvalho.

De terno escuro, gravata azul e cabelos penteados com esmero, Bolsonaro está sentado entre Bannon e Olavo. Abrindo os trabalhos daquela noite de domingo, 17 de março de 2019, ele se levanta, aciona o microfone à sua frente

e faz um discurso de improviso. Comenta da satisfação em estar nos Estados Unidos e revela que se sente “quase em casa”. Dali a dois dias, seria recebido por Trump na Casa Branca.

Em seu léxico lacunar e sua prosódia tortuosa, o presidente segue adiante: “Sempre tive muita admiração pra com o povo americano. Pra mim, em muitas coisas sempre serviu como exemplo. Confesso que a Presidência aconteceu”. Talvez para ajudar a quebrar o gelo, admite que nem sua esposa acreditava que sua eleição fosse possível, produzindo risadas — há tradução simultânea, os convidados estrangeiros estão todos com fones de ouvido.

“O que eu sempre sonhei foi libertar o Brasil da ideologia nefasta de esquerda. Um dos grandes inspiradores meus está aqui à minha direita”, e aponta para Olavo, que agradece acenando com a cabeça e pousando a mão direita do lado esquerdo do peito. “Professor Olavo de Carvalho, que é o inspirador de muitos jovens no Brasil. Em grande parte devemos a ele a revolução que estamos vivendo.” E então Bolsonaro chega ao momento culminante de sua fala:

Prezado Olavo de Carvalho, o Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois então começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz. O nosso Brasil caminhava para o socialismo, para o comunismo. Quis a vontade de Deus, entendo dessa maneira, que dois milagres aconteceram: um é minha vida, outro a eleição.

A louvação de Bolsonaro a Olavo não foi fortuita: arquitetar a destruição do marxismo supostamente entranhado na cultura brasileira — e sobretudo dos sujeitos que o difundiram — sempre foi um dos pilares das diatribes em vídeo do ídolo intelectual do bolsonarismo. (Como ilustrou durante uma aula do seu famoso Curso On-line de Filosofia (COF), aconselhando os pupilos: “Não puxem discussão de ideias. Investiguem alguma sacanagem do sujeito e destrua-o. Essa é a norma de Lênin: nós não discutimos para provar que o adversário está errado. Discutimos para destruí-lo socialmente, psicologicamente, economicamente.”)¹

No breve discurso de quatro minutos no banquete em Washington, Bolsonaro achou uma brecha para falar de outro assunto relacionado indiretamente ao catequizador. “Nós sabemos que quando a diplomacia não dá muito certo, na retaguarda tem as Forças Armadas. O caminho é sempre o mesmo,

sempre estamos juntos. Parece até que estamos de lados opostos, mas não — estamos do mesmo lado.” Podia soar como uma dicotomia deslocada naquele ambiente, mas não soou. As Forças Armadas brasileiras estavam sob ataque... de Olavo de Carvalho.

Num evento em Nova York na véspera do jantar em DC — uma sessão privê do documentário biográfico sobre Olavo, *O jardim das aflições*, organizada por Steve Bannon —, o baderneiro favorito do bolsonarismo falara cobras e lagartos do governo que começava (“Se tudo continuar como está, já está mal. Não precisa mudar nada para ficar mal. É só continuar assim. Mais seis meses, acabou.”) e atribuíra o desastre à “mentalidade golpista” de oficiais das Forças Armadas integrantes da nova gestão, “um bando de cagões”. “Ele [Bolsonaro] não escolheu duzentos generais. Foram duzentos generais que o escolheram. Esse pessoal quer restaurar o regime de 1964 sob um aspecto democrático. Eles estão governando e usando o Bolsonaro como camisinha.”²

Paulo Guedes também fez uma saudação a Olavo de Carvalho no jantar, definindo o polemista como “o líder da revolução” liberal que o Brasil começava a vivenciar sob Bolsonaro. Alarmado com o que lera sobre o encontro da véspera, Guedes depois esclareceu que sua frase teve um tom de cobrança a Olavo, por causa justamente da paulada contra o governo que o polemista desferira na véspera. “Como o Olavo sempre havia apoiado o presidente, perguntei por que o líder dispara contra a revolução que inspirou”, explicou o ministro da Fazenda.³

Na primeira formação do governo, nomes indicados por Olavo ou discípulos do polemista ocuparam desde ministérios importantes (Educação, Ricardo Vélez, e Relações Exteriores, Ernesto Araújo) a postos de prestígio no Planalto (Filipe G. Martins, assessor especial da Presidência) e na Economia (Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica). Em outra frente, ainda mais numerosa, um exército quase literal, composto por integrantes das Forças Armadas, se espalhou por repartições do Executivo federal, de estatais e autarquias.

Os três filhos políticos de Bolsonaro (Flávio, Carlos e Eduardo, mas sobretudo os dois últimos) perfilaram-se do lado dos olavistas, até porque o são. Como exercem considerável influência sobre o pai — para desgosto dos generais que têm ascendência, ou acham que têm, sobre o presidente —, as escaramuças trariam em pouco tempo baixas dos dois lados.

Bolsonaro se elegeu por um partido de aluguel, o PSL. No ajuntamento que o conduziu ao poder, mal havia quadros partidários. Ele mesmo nunca passou de um extremista do baixo clero da Câmara dos Deputados que ao longo da carreira política transitou por várias siglas fisiológicas, como PDC, PPB, PP e PSC — o PSL foi seu oitavo pouso —, sem criar raiz ou história partidária. Vitorioso, cumpriu a promessa de campanha de montar um ministério cheio de militares. Mas foi além, nomeando integrantes da ativa e da reserva das Forças Armadas para cargos comissionados em todos os escalões do governo, numa ocupação jamais vista em períodos democráticos.

Na leitura do jornalista Alon Feuerwerker, analista e diretor de política da agência de comunicação corporativa FSB (que trabalhou para todos os últimos governos, incluindo o Bolsonaro), os militares foram puxados para a Esplanada por um “vácuo de pessoal”. Com a destruição do sistema político a partir de 2014, observa Feuerwerker, o capitão precisou improvisar três núcleos para se manter no jogo: o militar, o do mercado (entregue a Paulo Guedes) e o da Lava Jato (entregue a Moro). O que mais saltou aos olhos da opinião pública foi o primeiro, graças à novidade com cheiro de anos 1970 e à escala do aparelhamento. Antes de terceirizar o poder ao Centrão, o que só ocorreria em 2021, diante do risco de perder apoio parlamentar, o presidente cometera o mesmo erro de antecessores que tentaram governar subestimando a política — Collor e Dilma, ambos depostos em processos de impeachment. Há mais de quarenta anos trabalhando com comunicação e poder, Feuerwerker aprendeu que todos os governos dependem de políticos para sobreviver. Uma vez que Bolsonaro não tinha, logo de saída, como montar uma equipe com muitos políticos, até porque fora eleito com um discurso antipolítica, restou-lhe angariar quadros entre confrades da caserna.

Raposas das Forças Armadas gostam de dizer que os integrantes da alta oficialidade militar, principalmente no caso do Exército, são talhados para cumprir também funções políticas. Comandantes de batalhões no meio da Amazônia, nas fronteiras com vizinhos sul-americanos ou no sertão do Nordeste, por exemplo, precisam lidar com prefeitos, vereadores, deputados, magistrados, empresários, comerciantes e líderes religiosos. O traquejo político, assim, é de fato um requisito para o bom desempenho de suas funções. Em Brasília, entretanto, em que política é o ar que se respira e o óleo que move a engrenagem da relação entre o Executivo e os demais poderes, o buraco é mais

embaixo. “Sugados para o governo, os militares começaram a aprender a pilotar o avião em pleno voo”, compara Feuerwerker.

Quando começou a aventura, seis dos 22 ministros de Bolsonaro eram oriundos das Forças Armadas — com a ressalva de que três deles há muito tinham largado a farda e abraçado a carreira civil. Em 2020, o número de ministros de extração militar subiu para dez, quase a metade do gabinete presidencial.

A cessão de integrantes das Forças Armadas para exercer funções de natureza civil está contemplada no Estatuto dos Militares, que regula obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Ali consta que o prazo máximo para essa espécie de empréstimo, a chamada “agregação”, é de dois anos. Depois disso, o militar “agregado” precisa voltar para a corporação a que pertence ou ser transferido obrigatoriamente para a reserva. Antes mesmo de Bolsonaro assumir, as cúpulas das Forças Armadas ficaram baratinadas diante da sanha militarista do presidente eleito. Um oficial da ativa do Exército afirmou, na alvorada do governo, que a força terrestre estava “vivendo um mundo novo” com tantas funções fora da corporação, e ninguém sabia ainda como seria feito para manter aquela movimentação frenética entre o governo e a caserna.

Entre 2019 e 2022 foram produzidos inúmeros levantamentos para tentar mensurar a dimensão do fenômeno em todos os escalões da gestão pública federal, com diferentes metodologia e/ou variações nas bases de dados e microdados. Uma dessas investigações coube ao Tribunal de Contas da União, a pedido do ministro Bruno Dantas, e identificou a presença de 6157 militares exercendo funções civis na administração pública federal em 2020, contra 2957 em 2016, um aumento de 102,2%. Noticiado com destaque pela imprensa e reverberado pela oposição, o boom era real, mas os números do TCU devem ser relativizados porque contemplam a contratação de 1969 militares inativos para funções temporárias no INSS, bem como fardados acumulando cargos civis na saúde (1249) e na educação (179). Ainda assim, mesmo excluindo esses casos excepcionais, os 2643 militares restantes ocupando cargos comissionados de natureza civil em 2020 representavam um salto de 34,5% em relação a 2016.⁴

O levantamento do TCU, entretanto, teve a limitação de usar como marco 2016, ano em que o fenômeno já tinha começado, pois, como se sabe, seu detonador foi Michel Temer. O exame de um período mais elástico revela uma explosão ainda maior da militarização na Esplanada. Realizado pela Lagom Data para este livro, um cruzamento entre a lista de servidores federais civis e a relação de militares da ativa e da reserva de janeiro de 2013 a dezembro de 2021 revela que, se no final do governo Dilma havia 3500 fardados ocupando cargos civis, ao final de 2021 eles já passavam dos 5 mil — um salto de 43%.

Em uma nota técnica analisando dados do mesmo período (2013 a 2021), a pesquisadora Flávia de Holanda Schmidt, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), verificou um aumento de 59% de militares em cargos e funções comissionadas (de 1909 para 3041).⁵

Um recorte da Lagom Data examinando apenas os mais altos postos comissionados da administração federal — cargos de natureza especial, caso dos ministros; Direção e Assessoramento Superiores (DAS) 4, 5 e 6; Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) 4 e 5; e Cargo de Gerência Executiva (CGE) I, II e III — revela que a militarização atinge com maior força a elite do funcionalismo público. Durante os governos Dilma, 186 diferentes militares, da ativa e da reserva, ocuparam esses altos cargos, pouco mais da metade deles lotados em nichos tradicionais das Forças Armadas (como GSI, Gabinete de Segurança Institucional, e Defesa). No governo Bolsonaro, até dezembro de 2021 foram 717 nomes diferentes, um aumento de 285%. E apenas um em cada cinco deles estava em pastas tradicionalmente ligadas à caserna.⁶

Oriundos das Forças Armadas ou de onde quer que fossem, os novos comissionados chegavam para ocupar o lugar daqueles que os novos governantes consideravam inimigos. Uma das primeiras medidas do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, foi demitir os funcionários que ocupavam cargos em comissão. “É importante para retirar da administração todos os que têm marca ideológica clara. Sabemos do aparelhamento que foi feito nos quase catorze anos que o PT aqui ficou. É fazer a despetização do governo federal”, justificou.⁷ Mais tarde, o general Augusto Heleno, ministro-chefe do GSI, afirmou que a esquerda havia “[mobiado] o governo com vários funcionários que têm como objetivo sabotar o governo federal”. “É muito difícil eliminar isso totalmente”, pontuou Heleno,

porque isso foi uma realidade ao longo desses últimos anos, houve realmente a contaminação da máquina federal em prol de movimentos de esquerda. Mas aos poucos vai se conseguindo aproveitar os funcionários que foram aprovados por seus méritos e que trabalham pelo país, e [há] aqueles que continuam manobrando para destruir o governo federal, para principalmente causar mossas dentro do bloco executivo mais elevado, que é a Presidência da República.⁸

Os benefícios financeiros, privilégios e agrados dos mais variados a integrantes das Forças Armadas foram um sintoma adicional da militarização da gestão pública federal sob Jair Bolsonaro, mostrando que não se tratava somente de um governo *de* militares, mas também de um governo *para* militares. O alto escalão foi agraciado com um precedente que criou salários nababescos, acima do teto constitucional, para gerais-ministros. Segundo a Carta Magna, nenhum salário de servidor público pode superar os vencimentos de ministros do Supremo Tribunal Federal (de R\$ 39,2 mil em 2021, época da manobra). Mas, graças a um lobby bem-sucedido do Ministério da Defesa,⁹ uma portaria do Ministério da Economia autorizou que o cálculo do teto para militares “aposentados” que acumulassem cargos comissionados fosse aplicado para cada vencimento, e não sobre sua soma.¹⁰ A artimanha criou supersalários para Bolsonaro, Hamilton Mourão e vários dos militares em altos postos na Esplanada. Enquanto o presidente (que passou à reserva como capitão) aumentou seu salário em mais de R\$ 10 mil (de R\$ 30,9 mil para R\$ 41,6 mil), gerais palacianos, como Mourão, Augusto Heleno, Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos (“aposentados” com o salário do topo da carreira), começaram a ganhar mais de R\$ 60 mil por mês.¹¹

As aspas em “aposentado” se devem a uma idiosincrasia militar que, com a farra dos supersalários, foi posta a nu. Como bem notou o economista Pedro Fernando Nery,¹² os militares, para se livrar de regras previdenciárias iguais às dos civis, sempre argumentaram que não se aposentam. Diferentemente do restante da população, não contribuem com a Previdência para seu período de inatividade, que é bancado pela União. A justificativa é que estão sempre à disposição e não têm os mesmos direitos do trabalhador da iniciativa privada, como FGTS, hora extra, greve, sindicalização etc. O que eles pagam é para custear a pensão de dependentes em caso de morte. Por isso, o déficit com seu sistema de proteção cresce num ritmo maior do que o de servidores civis.¹³ Mas, em seu bem-sucedido lobby pelos supersalários, os fardados jogaram

fora o que sempre defenderam e, para driblar o teto, argumentaram que são aposentados e, portanto, poderiam ser contemplados por decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União. Ambos abriram precedentes para o chamado “teto dúplex”.

Em apenas um ano após a assinatura da portaria liberando os supersalários aos militares, os generais do governo Bolsonaro já haviam recebido R\$ 350 mil a mais. Ministro da Secretaria-Geral (depois de ser titular da Secretaria de Governo e da Casa Civil), o general Luiz Eduardo Ramos foi o principal beneficiado, recebendo R\$ 350,7 mil a mais do que teria ganhado sem o precedente (de um total de R\$ 874 mil em vencimentos). Os rendimentos do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Augusto Heleno, somaram R\$ 866 mil, R\$ 342 mil acima do teto constitucional. Os generais Hamilton Mourão (vice-presidente) e Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil e da Defesa, e vice na chapa de Bolsonaro à reeleição) receberam em um ano, respectivamente, R\$ 318 mil e R\$ 306 mil a mais.¹⁴

Os militares também receberam apoio do governo para aprovar no Congresso uma reestruturação da carreira e a alteração das regras de seguridade social do pessoal do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pleito antigo na caserna. A nova legislação compensou os militares por perdas de uma medida provisória do governo Fernando Henrique Cardoso que havia derrubado vários benefícios da carreira. O efeito foi a criação de adicionais que elevam os vencimentos dos militares, em especial os de generais, almirantes e brigadeiros — os chamados oficiais-generais. Por causa disso, as mudanças foram criticadas por representantes dos chamados praças ou graduados, militares de patentes mais baixas que as dos oficiais.¹⁵

Os tentáculos militares se espalharam por estatais, autarquias e empresas públicas controladas pela União. O general Floriano Peixoto assumiu a presidência dos Correios e alojou fardados por toda parte. Em agosto de 2018, a estatal, seu fundo de pensão Postalís (cujo presidente passou a ser um general de quatro estrelas, Paulo Humberto de Oliveira, ex-chefe do Estado-Maior do Exército) e sua operadora de plano de saúde Postal Saúde (comandada pelo general José Orlando Cardoso) reuniam pelo menos catorze oficiais das três Forças Armadas em cargos de alto escalão.¹⁶ Na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que passou a ser presidida pelo general Oswaldo de Jesus Ferreira — um dos coordenadores do grupo de militares que se reuniu em 2018 para

elaborar propostas à campanha de Bolsonaro —, o salto no número de fardados foi de 81% (dezesesseis para 29) de 2018 a 2021, e de 1350% (dois para 29) tomando como marco 2013.¹⁷

Apesar de ser uma estatal de economia mista e capital aberto, sujeita à interferência dos acionistas minoritários, a Petrobras não escapou à tendência, graças a seu acionista majoritário, o governo brasileiro. Descontente com a política de preços da petrolífera, em fevereiro de 2021 Bolsonaro demitiu o economista Roberto Castello Branco da presidência e nomeou para o cargo o general Joaquim Silva e Luna (então no comando de outra estatal, Itaipu). Até ser também defenestrado por não se submeter às pressões do Planalto, Silva e Luna ao menos triplicou o número de militares em postos de comando na Petrobras — que já tinha oficiais em cargos estratégicos desde o início do governo Bolsonaro, mesmo na gestão de Castello Branco, como o almirante Leal Ferreira (ex-comandante da Marinha) na presidência do Conselho de Administração, o coronel Ricardo Silva Marques na gerência executiva de Inteligência e Segurança Corporativa e o capitão-tenente Carlos Victor Guerra Nagem como assessor da presidência.¹⁸

Os casos de Silva Marques e Nagem ilustram como, mais do que a origem profissional, o compadrio revelou-se também uma credencial poderosa para nomeações. Nagem era funcionário de carreira da Petrobras e trabalhava no setor de segurança da companhia em Curitiba. Amigo de Bolsonaro, foi indicado no começo do governo para um cargo de gerente executivo na estatal, mas foi reprovado numa avaliação interna. Terminou nomeado assessor da presidência, com salário de R\$ 55 mil.¹⁹ Silva Marques, por sua vez, é da mesma turma de Bolsonaro na Aman, a de 1977, da mesma arma do presidente, artilharia, e igualmente paraquedista. Ao ser nomeado gerente executivo, tinha salário-base de R\$ 70 mil, que com benefícios podia atingir R\$ 130 mil.²⁰ Silva Marques reapareceria no noticiário em 2021, quando repassou a Bolsonaro um documento falso atribuído ao Tribunal de Contas da União e usado pelo presidente para difundir mentiras sobre a causa das mortes na pandemia de covid-19.²¹

A turma da Aman de 1977 é uma peça importante para compreender a enorme assimilação de Bolsonaro no Exército. Se sua reabilitação já estava consumada antes das eleições de 2018 e ganhou tração com a campanha daquele ano, o processo foi coroado com a chegada ao cume do poder de seus contemporâneos da Academia Militar das Agulhas Negras. Por um capricho

do destino, na hora em que um dos 384 integrantes da turma batizada de Tiradentes virou presidente da República, quatro dos seus colegas exerciam o posto máximo da carreira militar: os generais Carlos Alberto Neiva Barcellos, Edson Leal Pujol, Mauro Cesar Lourena Cid e Paulo Humberto Cesar de Oliveira. Todos haviam sido promovidos a general de exército (quatro estrelas) pela presidente Dilma Rousseff.

Leal Pujol, como se sabe, seria nomeado comandante do Exército por Bolsonaro, que seguiu o critério de antiguidade. Durante a campanha, o general minimizou o extremismo do colega candidato. “O Bolsonaro tem uma personalidade muito pitoresca. Se ele perdesse um pouco dessa identidade, talvez não tivesse tantos eleitores. A gente conhece ele de perto, sabemos que é um pouco da imagem política dele. [...] Talvez seja um pouco difícil mudar a personalidade, a coisa caricata no bom sentido. Ele não vai deixar de ser a pessoa Bolsonaro.”²²

Os outros três passaram logo em seguida para a reserva e se juntaram ao governo. Cid foi nomeado chefe do escritório em Miami da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), e em tal função lhe coube atender a um pedido de Bolsonaro para acolher com um emprego público na representação da cidade litorânea da Flórida um médico pessoal do presidente.²³ Um filho do general, o tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid, se tornaria conhecido como ajudante de ordens e braço direito de Bolsonaro — e seria investigado no inquérito do Supremo para apurar vazamento de dados sigilosos sobre as urnas eletrônicas. Paulo Humberto virou presidente do Postal, o fundo de pensão dos funcionários dos Correios. E Barcellos assumiu, em Genebra, o posto de conselheiro militar junto à representação do Brasil na Conferência do Desarmamento da ONU.

Conforme a ascensão do coronel Silva Marques na Petrobras deixa claro, as boas relações de integrantes da turma Tiradentes com o Executivo federal se estenderam para além do seletor grupo dos quatro estrelas. Sócio de empresas com contratos com o governo, o general de brigada da reserva Cláudio Barroso Magno Filho, por exemplo, revelou-se um ativo lobista de mineradoras brasileiras e canadenses com interesses em exploração em áreas indígenas, tendo sido recebido pelo menos dezoito vezes no Planalto.²⁴

Já o coronel Jorge Otávio Moraes Gomes — frequentador da casa de Bolsonaro na Vila Militar na época em que o capitão planejou atentados contra

unidades militares que o fariam ser condenado no Conselho de Justificação do Exército — foi nomeado coordenador regional em Porto Velho da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), órgão dirigido por outro oficial do Exército, o general Algacir Antonio Polsin.

Numa entrevista em janeiro de 2022, Moraes Gomes disse que o fato de ser amigo de academia do presidente da República não tinha relação com sua nomeação. “Nenhuma, nenhuma, nenhuma. Bolsonaro nunca age dessa maneira. Eu fui nomeado pra cá porque eu tinha saído da Poupex [Fundação Habitacional do Exército] em 2020, estava aqui a não fazer nada e eles precisavam de alguma pessoa com o meu perfil para a Suframa.” Logo em seguida, diante de menções sobre a época em que Bolsonaro era malvisto pela cúpula do Exército e eles andavam juntos, o coronel complementou: “Ei: meu amigo Bolsonaro do meu coração. Eu jamais o abandonei, mormente nesses assuntos em que ele teve... nesses assuntos que você sabe melhor do que eu, e eu não poderia abandonar meu amigo”.

Embora projetos antigos do Exército tenham enfim começado a sair do papel — como uma nova e mais completa escola de formação de sargentos e o Colégio Militar de São Paulo —, essas realizações pontuais, os cargos e agrados aos militares não se fizeram acompanhar de um orçamento maior para as Forças Armadas. Menos ainda em se tratando de investimentos, quando são excluídos os gastos correntes com custeio, que consomem a maior parte da dotação. Corrigindo os valores pela inflação, o capitão Bolsonaro reverteu o crescimento observado no governo Temer e cortou o orçamento da Defesa em todos os anos de seu governo. Em termos nominais, sem considerar a inflação, praticamente congelou a verba. Já os investimentos despencaram: corrigidos pela inflação, os valores investidos em 2012 representam mais que o triplo do que foi investido em 2021. Os recordes nesse quesito ocorreram nos governos Lula e Dilma. Até mesmo em valores nominais, os maiores investimentos em Defesa se deram entre 2010 e 2015, com recorde em 2012, no primeiro governo Dilma (R\$ 13,9 bilhões).²⁵

Como parecia natural, o general Eduardo Villas Bôas também se juntou ao governo. Foi nomeado assessor especial no Gabinete de Segurança Institucional em janeiro de 2019. Em março, foi publicada uma portaria o reforman-

do (aposentando) por invalidez por causa da doença. O documento era retroativo a 2016 — sendo que o general se manteve no cargo de comandante do Exército até aquele início de 2019.²⁶ Logo depois de assumir, num discurso na posse de Fernando Azevedo e Silva como ministro da Defesa, o presidente Jair Bolsonaro agradeceu ao ex-comandante do Exército. “Meu muito obrigado, comandante Villas Bôas. O que nós já conversamos morrerá entre nós. O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui. Muito obrigado, mais uma vez.”²⁷

O general devolveu os afagos. Na transmissão do cargo de comandante do Exército para Edson Leal Pujol, Villas Bôas saudou Bolsonaro:

O senhor traz a necessária renovação e a liberação das amarras ideológicas que sequestraram o livre pensar, embotaram o discernimento e induziram a um pensamento único, nefasto, como assinala o jornalista americano Walter Lippmann: “Quando todos pensam da mesma maneira, é porque ninguém está pensando.”²⁸

(Uma ironia: Lippmann foi um defensor intransigente do jornalismo profissional que o próprio Villas Bôas e o bolsonarismo a que ele aderiu tanto deploram.) O general disse que, em 2018, três personalidades haviam se destacado “para que o ‘Rio da História’ voltasse ao seu curso normal”. E acrescentou:

O Brasil muito lhes deve. Refiro-me ao próprio presidente Bolsonaro, que fez com que se liberassem novas energias, um forte entusiasmo e um sentimento patriótico há muito tempo adormecido. Ao ministro Sergio Moro, protagonista da cruzada contra a corrupção ora em curso, e ao general Braga Netto, pela forma exitosa com que conduziu a intervenção federal no Rio de Janeiro. Todos demonstraram que nenhum problema no Brasil é insolúvel.

Com o apoio da família e de amigos, o ex-comandante criou em Brasília uma entidade com o seu nome, para estimular debates e formular projetos para o país. Inaugurado em dezembro de 2019, o Instituto General Villas Bôas recebeu patrocínios privados e públicos, inclusive do Exército.²⁹ Enquanto adquiria uma aura heroica e algo mística entre militares, Villas Bôas não exercia influência nenhuma sobre o Palácio do Planalto — talvez um efeito do achincalhe de Olavo de Carvalho, mas em parte também pela progressão da doença, que tornou cada vez mais difícil sua comunicação. No início do governo,

amigos do general externavam o seu desconsolo com a situação. Villas Bôas sentia-se desprezado por Bolsonaro. “Só ouve os filhos, só faz o que quer”, queixou-se a um parlamentar.

O desgosto não fez o general deixar de elogiar publicamente o presidente e o governo. “O país vai melhorar e está melhorando. O problema é que foram anos e anos destruindo a nossa essência como nação, e isso teve um efeito muito ruim até de provocar uma alteração da identidade do nosso povo”, disse numa entrevista ao médico Beny Schmidt no final de 2019. “O país está indo bem, o governo está indo bem. [...] O país como um todo está melhorando e tão logo se resolvam os problemas econômicos, eu tenho a impressão de que o país vai decolar.” Sem mencionar o aparelhamento do governo por militares, elogiou a seleção dos novos ocupantes de cargos comissionados. “O governo mudou parâmetros e critérios para nomear aos vários cargos em ministérios, autarquias, estatais etc. Passou a prevalecer o critério de competência, de capacidade, de experiência. Então o governo hoje tem quadros técnicos fantásticos em vários setores.”³⁰

Depois do desdém inicial, Bolsonaro voltaria a prestigiar o ex-comandante com visitas à casa dele e citações em discursos. Numa cerimônia alusiva ao Dia Mundial de Doenças Raras, em 2022, fez uma referência enigmática à importância de Villas Bôas na sua ascensão ao poder.

Mais do que estes momentos, um outro marcou não a sua vida, mas a de todos nós. Ele está umbilicalmente ligado a uma palavra sagrada, mais forte e mais valiosa que a própria vida: a nossa liberdade. Devo isso a ele, tenho certeza também que me inspirou a enfrentar desafios, e creio que o meu foi o maior da minha vida. Jamais podia esperar que aquilo que nasceu em 2014 pudesse se concretizar um dia.³¹

Em junho de 2022, Villas Bôas foi exonerado do cargo de assessor especial do GSI, quatro dias depois de a revista *piauí* perguntar ao ministério se o general continuava em sua folha de pagamento, se cumpria a jornada de trabalho de quarenta horas semanais prevista no contrato e que tipo de atividade exercia.³²

Mesmo tendo sido crucial na conjuntura política que possibilitou a vitória de Bolsonaro em 2018, o general Sergio Etchegoyen foi um raro quatro estrelas da geração de Villas Bôas a não integrar o governo. Não por falta de convite. Etchegoyen evita o assunto, mas amigos do general sabem que Bolsonaro primeiro lhe

ofereceu a presidência de Itaipu e depois o comando do Ministério da Educação (quando Ricardo Vélez Rodríguez foi demitido). Em ambos os casos, ele agradeceu e recusou. Considerava que seu ciclo na vida pública havia terminado.

Etchegoyen gostava de emitir sinais dúbios em relação a Bolsonaro. Quando era ministro do GSI no governo Temer e o capitão começava a despontar como um candidato forte, o general, indagado sobre a situação, comentou: “Tu achas viável que num país que evoluiu tanto institucionalmente, consolidou uma democracia, alguém consiga governar para impor uma agenda totalitária, excludente?”

Críticas pontuais ao que via como excessos de Bolsonaro podem ter induzido incautos a pensar que se tratava de um crítico genuíno. Ledo engano. Antipetista fervoroso, Etchegoyen obviamente votou no capitão desde o primeiro turno de 2018, mas admite isso com uma ginástica retórica.

Eu sou um eleitor do Bolsonaro que não votou nele. Eu votei contra. Entendeu? “Votaste no Bolsonaro?” Votei, mas não votei. Marquei lá, Bolsonaro, mas não votei nele. Marquei porque eu estava de saco cheio com o que estava acontecendo. Na realidade, a massa que votou no Bolsonaro votava contra o modelo moral. Votava contra o modelo que assaltou o país, isso é inegável.

Embora conte que votou no capitão a contragosto, o ex-ministro do GSI se mostrava animado no começo do governo. Numa entrevista em abril de 2019, ele disse:

Veja bem, não sou cabo eleitoral do Bolsonaro. Mas temos que ver o que ele vem apanhando. Batem forte por qualquer coisa. A gente tem que ter paciência, entender que o governo tem que chegar, se estruturar, caminhar. E acho que instalou uma belíssima equipe. Pode se discutir este ou aquele, mas a equipe econômica, por exemplo, é excelente. Um belíssimo time.³³

Etchegoyen foi trabalhar na iniciativa privada como executivo, em várias frentes. Virou presidente do Instituto Brasileiro de Autorregulação do Setor da Infraestrutura (Ibriic), entidade criada por grandes empreiteiras. Integrou o Conselho de Administração da FSB, maior agência de comunicação corporativa do país. Assumiu a presidência dos conselhos de Defesa e Segurança e de

Soberania e Clima do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE), criado pelos advogados Walfrido Warde e Valdir Simão, este ministro do Planejamento e da CGU no governo Dilma. Em todas as empreitadas, o general se fez acompanhar do amigo e ex-ministro Raul Jungmann. Firmou ainda um contrato de consultoria com o escritório de Warde, especializado em direito empresarial e antilavajatista obstinado — algo curioso, sendo Etchegoyen um notório lavajatista que ao mesmo tempo, no Ibriic, passou a trabalhar para muitas das empreiteiras condenadas na Lava Jato.

Conforme militares do Exército costumam ressaltar, desde o início os escolhidos pelo presidente para os principais postos do Executivo foram integrantes de irmandades internas da força terrestre, ou “máfias”, como eles próprios definem de modo irreverente. “As tropas que lidam com risco maior acabam sendo grupos muito unidos. É um espírito de corpo próprio de forças especiais, a Brigada Paraquedista, os Comandos Anfíbios da Marinha, os pilotos de caça na Força Aérea, o Bope na Polícia Militar. A gente brinca que são algumas máfias”, explicou o general Augusto Heleno numa entrevista em novembro de 2018, entre a vitória e a posse.³⁴

Assim, ex-integrantes da Brigada de Infantaria Paraquedista — à qual Bolsonaro pertenceu nos anos 1980 e que se autodefine como “uma das forças mais poderosas e letais da nação brasileira” — e das Forças Especiais, duas unidades de elite do Exército, tiveram primazia nas nomeações para os ministérios. O universo dos PQDS, como são chamados os paraquedistas, fascina especialmente o presidente, a ponto de ele ter escolhido o grito de guerra da brigada (“Brasil acima de tudo!”) como seu slogan de campanha em 2018, acrescentando um complemento religioso, “Deus acima de todos”.

No começo do governo, o presidente se mostrou empolgado com a irmandade da Minustah. Tidos como “veteranos” de um Exército sem guerra, e portanto integrantes de outra elite da corporação, os oficiais mais graduados enviados à missão de paz da ONU no Haiti, liderada militarmente pelo Brasil, foram convocados por Bolsonaro para o governo. Quatro *ex-force commanders* no Haiti e um comandante do Exército tornaram-se ministros no primeiro ano do mandato (respectivamente, Augusto Heleno, Luiz Eduardo Ramos, Carlos Alberto dos Santos Cruz, Floriano Peixoto e Leal Pujol). Além deles, o mi-

nistro da Defesa, Fernando Azevedo, foi chefe de operações da missão; o ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas chefiou a seção técnica da Companhia de Engenharia, e o porta-voz de Bolsonaro, Otávio Rêgo Barros, foi comandante do batalhão brasileiro da Minustah.

Todos os oficiais do Exército que ocuparam altos cargos no governo ou eram paraquedistas, pertenceram às Forças Especiais ou tinham ocupado função de comando no Haiti — ou reuniam, simultaneamente, ao menos duas das três características, caso de Heleno, Ramos e Azevedo.

Com esse perfil elitista, os militares buscaram exibir ao país uma postura mais institucional e tecnocrata, até para tentar se diferenciar do bloco lunático-olavista, que pregava um estado permanente de guerra cultural — ainda que algumas pautas os unissem, como o revisionismo histórico, o combate às lutas das minorias contra desigualdades ou a defesa da soberania da Amazônia.

(Essa união um tanto frágil não constituiu o único momento em que o conservadorismo extremo tentou colocar suas garras sobre o país. Na era Vargas isso também aconteceu. Mas houve diferenças importantes. Como apontou o cientista político Hélgio Trindade:

[...] a implantação do Estado Novo em novembro de 1937 teve o papel de conter o processo de fascistização em curso: Vargas preferiu uma aliança com o Exército de Góis Monteiro do que com o integralismo de Plínio Salgado. [...] O Estado Novo de Vargas, embora integrado por muitos simpatizantes do fascismo e inspirado em muitas de suas instituições e rituais [...], tornou-se muito mais um autoritarismo paternalista do que um regime fascista.³⁵

No Brasil de 2018, porém, foi como se Bolsonaro optasse por reunir simultaneamente em torno de si todas as vertentes do reacionarismo.)

A partir das divergências de fundo entre as correntes dominantes do bolsonarismo, as fissuras foram se aprofundando e, em menos de um ano, ficou claro que o edifício governista era um barraco erguido com pedaços de materiais distintos que ensaiava desmoronar ao sabor dos atritos cada vez mais comuns. Quem mais balançava a frágil estrutura era um dos arquitetos da gambiarra ideológica: o próprio Olavo de Carvalho. Três meses depois de começar a insultar e menosprezar os militares palacianos, o ex-astrólogo fez a primeira vítima graúda na caserna — o general Santos Cruz.

Ministro-chefe da Secretaria de Governo, Santos Cruz (o mesmo que havia gravado o vídeo de apoio a Bolsonaro no dia da facada) caiu em desgraça ao bater de frente com Carlos e Eduardo, segundo e terceiro filhos do presidente e seus chefes informais de propaganda, e com as falanges por eles lideradas. O general foi fritado por, entre outros motivos, tentar blindar as verbas da Secom (Secretaria de Comunicação Social, a ele subordinada) da influência de Carlos e seu “gabinete do ódio” — criticou o histrionismo de olavistas nas redes sociais e defendeu a criação de algum tipo de regulação desses veículos — e por vetar a contratação de Leonardo Rodrigues de Jesus, o Léo Índio (primo muito próximo de Carlos, o Zero Dois).

Extremistas do bolsolavismo, como o assessor Filipe G. Martins, o empresário Otávio Fakhoury e o ativista Allan dos Santos lideraram o linchamento virtual que cobrava a cabeça de Santos Cruz.³⁶ Todos eles eram influenciados por Olavo, que na mesma época passara a insultar seguidamente o general, em publicações como: “Controlar a internet, Santos Cruz? Controlar a sua boca, seu merda”, ou “Santos Cruz é apenas uma bosta engomada”. O militar contra-atacou, afirmando que o ex-astrólogo era “um desocupado esquizofrênico”. Villas Bôas apareceu para defender Santos Cruz, chamando Olavo de “Trótski de direita”, e também recebeu chumbo. Olavo de Carvalho escreveu:

Há coisas que nunca esperei ver, mas estou vendo. A pior delas foi altos oficiais militares, acossados por afirmações minhas que não conseguem contestar, irem buscar proteção escondendo-se por trás de um doente preso a uma cadeira de rodas. Nem o Lula seria capaz de tamanha baixeza.

A gota d’água para a demissão de Santos Cruz foi a divulgação de uma montagem com uma troca de mensagens em que o general falava mal de Bolsonaro e de Carlos — tudo falso, conforme atestaria mais tarde a Polícia Federal.

Como líder de tropas da ONU — depois de ser *force commander* por dois anos no Haiti e de exercer a mesma função numa missão de paz maior e mais complexa na República Democrática do Congo, onde grupos rebeldes armados confrontavam o governo —, Santos Cruz não era apenas um raro oficial brasileiro com experiência nesse tipo de conflito, tido como um chefe militar belicoso, mas se tornou também consultor das Nações Unidas e general de prestígio na organização. A pedido do secretário-geral da ONU, António Guterres,

preparou em 2017 um relatório sobre o crescente número de baixas dos capacetes-azuis em operações de paz. A conclusão do documento, que ficou conhecido na ONU e entre especialistas em defesa como “Cruz Report”, é que as missões não devem hesitar em usar a força — como ele mesmo fizera sem parcimônia no Haiti e no Congo. A própria nomeação de Santos Cruz por Bolsonaro, que na campanha havia prometido tirar o Brasil das Nações Unidas caso eleito, alegando que a instituição “não serve para nada” e é “uma reunião de comunistas”, já parecera intrigante.³⁷ Pois bastou a demissão do general para o vínculo ser evocado por Eduardo Bolsonaro. “A linha internacional dele era ‘ONU Futebol Clube’, uma linha globalista, afinada com as teses da esquerda.”³⁸

Defenestrado, Santos Cruz converteu-se num crítico contundente do presidente. Passou a ser um raro oficial-general a vocalizar em público o comentário de que militares não são a panaceia do país, como a militarização da Esplanada indicava, e a denunciar a tentativa de Bolsonaro de politizar as Forças Armadas, o “populismo barato, a falta de compostura para exercer a função, o despreparo evidente”, segundo qualificou numa entrevista em setembro de 2021. Na ocasião, disse que não se arrependia do apoio pregresso a tudo o que passara a criticar. “Aquilo foi momento, tem que colocar as coisas em contexto. O PT vinha de quatro mandatos, uma alternância era necessária, troca de ciclos. Hoje eu não votaria em Bolsonaro.”

A substituição de Santos Cruz como ministro da Secretaria de Governo, em junho de 2019, marcou uma inflexão no governo. Luiz Eduardo Ramos, próximo de Bolsonaro desde a adolescência, quando foram colegas na Escola Preparatória de Cadetes de Campinas, era um general de quatro estrelas da ativa, que ocupava a chefia do Comando Militar do Sudeste e tinha assento no Alto Comando do Exército.

Pela primeira vez, um general em atividade no Exército assumiu um cargo importante no governo, no ministério encarregado da articulação política com o Congresso. A maioria dos altos oficiais na Esplanada até então pertenciam à reserva, e era este o argumento brandido pelos militares para rejeitar a possibilidade de contaminação política das Forças Armadas: a turma do pijama, afinal, não comanda tropas. Duas exceções confirmavam a regra: o ministro de Minas e Energia, almirante de esquadra Bento Albuquerque (da Marinha) e o

general Otávio Rêgo Barros, porta-voz da Presidência do Exército. Este, embora num posto menos relevante que o de Ramos, também simbolizava a confusão entre funções de Estado e de governo — afinal, caberia a um oficial da ativa transmitir as mensagens do chefe do Executivo.

Era como se Bolsonaro, ao nomear generais da ativa para negociar cargos e verbas com o Congresso, e para falar por ele, pouco se importasse em disfarçar seu intento de militarizar a política e politizar as Forças Armadas. Nos bastidores, oficiais admitiam que cruzar essa linha deixaria os militares mais vulneráveis a críticas. Como “agregado”, Ramos precisou deixar o Alto Comando do Exército, o que não alterava um fato incontestável: um general que poucas semanas antes de ser nomeado participara das reuniões daquele colegiado, a cúpula da força terrestre, ocuparia uma sala no terceiro andar do Palácio do Planalto, o mesmo do presidente, a poucos metros do seu gabinete.

Em tese, o comandante do Exército, general Leal Pujol, poderia ter recusado a cessão de Ramos para um cargo político no governo. Caso o fizesse, correria o risco de ser demitido por rejeitar o pedido do comandante supremo das Forças Armadas. Pujol preferiu deixar o barco correr.

Ramos, cuja atuação no governo se notabilizaria pela subserviência irrestrita a Bolsonaro, pouco se importava com a condição híbrida de militar e político, insustentável em qualquer democracia saudável. Deixou isso evidente quando, já ministro, compareceu a uma cerimônia no Comando Militar do Sul, em Porto Alegre, com traje militar — camuflado. Ainda almejava, e contava até a parlamentares, assumir um dia o Comando Militar do Leste, no Rio, a aposentadoria dos sonhos para nove entre dez fardados brasileiros — o que só seria possível caso se mantivesse na ativa. Permaneceria por um ano naquele estado anômalo, até finalmente passar à reserva em julho de 2020.

Entre os muitos generais que habitaram o Palácio do Planalto, Ramos não foi apenas o mais bajulador e caninamente fiel ao presidente, mas também o mais diplomático. Assumiu a articulação política do governo no lugar de Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil que não era ouvido nem respeitado no Congresso. O general, por sua vez, sempre transitou com desenvoltura entre políticos e procurava se mostrar aberto a dialogar com todas as tendências: num almoço com parlamentares quando chefiava o Comando Militar do Sudeste, optou por sentar-se a uma mesa em que a maioria dos integrantes era de esquerda (Arlindo Chinaglia, Ivan Valente, Orlando Silva, entre outros). Como

definiu um deputado, Ramos “parece mais jornalista ou advogado do que militar”. Criou uma boa relação com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, bem melhor do que a mantida entre Bolsonaro e Maia. Conseguiu, em suma, abrir um canal importante com o Legislativo, algo de que seu chefe não fora capaz. Vaidoso, Ramos respondia a mensagens de WhatsApp com uma figurinha dele próprio prestando continência.

Numa entrevista em 2018, quando ministro da Defesa, o general Joaquim Silva e Luna foi indagado se os militares da ativa das Forças Armadas teriam participação direta num eventual governo Bolsonaro. Silva e Luna foi taxativo:

[...] não. As Forças Armadas têm suas atribuições definidas na Constituição. O convite a uma participação de militares no governo é uma escolha do presidente da República e dependerá da aceitação do convidado. Ele terá de preencher os requisitos legais para o cargo. E mais: ele teria de deixar o serviço ativo e ir para a reserva.³⁹

O general estava bastante enganado. No final de 2021, quase 60% dos 5032 militares ocupando cargos civis no governo eram da ativa (2951), segundo levantamento da Lagom Data para este livro.

Políticos e sociedade civil assistiam com assombro à militarização do governo, e o caso de Ramos ampliou o debate sobre como evitar sua disseminação e repetição no futuro. Em 2021, a deputada federal Perpétua Almeida, do PCDOB do Acre, apresentou na Câmara uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) proibindo militares da ativa de ocupar cargos de natureza civil nos três níveis da administração pública. A parlamentar escreveu, na justificção do texto:

Busca-se resguardar as Forças Armadas (FFAA) dos conflitos normais e inerentes à política, e fortalecer o caráter da Marinha, do Exército e da Aeronáutica como instituições permanentes do Estado e não de governos. As FFAA, e suas altas e dignificantes funções de defesa permanente da pátria, não devem ser submetidas a interesses partidários, mas também não podem se desviar de sua função constitucional para participar da gestão de políticas de governos, estes, por definição democrática, transitórios.⁴⁰



Sarney recebe do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves (à dir.), o bastão de comandante supremo das Forças Armadas; num telefonema na madrugada da posse, diante do pavor do vice para ocupar o lugar de Tancredo, o general ordenou que ele assumisse.



Os chefes militares de Collor eram tidos como democratas — Lula, caso tivesse vencido, estudava nomear os mesmos; foi uma relação difícil: “Falava muito e ouvia pouco”, diria o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates Monteiro (na foto com o presidente).



“Tem que tirar aquela porcaria de carro de lá”, intimou o ministro do Exército, Carlos Tinoco. O deputado Jair Bolsonaro tentava entrar na Aman para uma formatura em 1992, mas foi impedido, e seu Chevette azul, que bloqueava o portão, acabou rebocado. “Um governo corrupto e imoral só pode ter atos autoritários como este”, gritou ele, sentado no capô enquanto era guinchado.



Antes de incorporar o antiesquerdismo radical como estratégia política, Bolsonaro mantinha boa relação com deputados de esquerda, como o petista José Genoíno (segundo a partir da esq.) e Aldo Rebelo (então no PCDOB, de preto) — defendeu a nomeação de ambos para o Ministério da Defesa de Lula; os três em viagem a Tabatinga (AM) no início dos anos 1990.

Pedra no coturno

Deputado-capitão deixa furioso o Estado-Maior

Luiz Cláudio Cunha

BRASILIA — O alvo preferencial do Exército brasileiro, hoje, tem nome e sobrenome: Jair Bolsonaro, capitão da reserva e deputado pelo PDC do Rio. Desde Marco Moreira Alves, pivô da crise que acabou no AI-5, nenhum nome causa tanta indignação no Alto Comando do Exército, em Brasília, quanto o do parlamentar. “Este fulano fala o que fala e abusa de sua liberdade como deputado”, diz o então general-de-Exército ao JORNAL DO BRASIL. “Ao contrário de Moreira Alves, um civil, os ataques de Bolsonaro machucam mais porque vêm de um companheiro da caserna.” Na segunda-feira à noite, na tentativa de mais uma reunião com as famílias de militares de Brasília, Bolsonaro teve seu acesso à quadra de espor-

tes da SQN 103 bloqueada por soldados da Polícia do Exército, convocadas pelo ministro Carlos Tinoco.

Mesmo assim, Bolsonaro discursou, e voltou a chamar o ministro do Exército de “banana”. “Isso é uma baixaria. Mas o RDE (Regulamento Disciplinar do Exército) não se aplica a um parlamentar. Este é um problema para a presidência da Câmara resolver”, acrescenta outro general. Bolsonaro consegue audiência entre os parentes de militares na esteira da crise econômica: o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Antônio Luis da Rocha Veneu, ao entregar na segunda-feira um estudo ao presidente Collor, denunciou defasagem salarial de 108% para os militares em 92.

Um general quatro estrelas, que gastou 40 anos para chegar ao topo da carreira, mostrava ontem seu contracheque a um parlamentar, perplexo com o valor bruto do mês de março: Cr\$ 3,7 milhões, quase quatro vezes me-



Bolsonaro: incomodando militares e parlamentares

nos do que recebe mensalmente um deputado como Bolsonaro. “Se o reajuste sai para os militares, deve ser concedido também aos servidores civis. Esta é a desgraça”, lamenta-se um general. Na semana passada, os ministros militares tiveram reunião reservada com o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, para

discutir a questão salarial das Forças Armadas. Os generais se orgulham de sua paciência: “O Exército se mostra uma instituição madura. A PE cercou a quadra, mas não botou a mão em Bolsonaro. Hoje, o Exército engole o desafio e não reage fora dos preceitos legais”, lembra um integrante do Alto Comando.



A reabilitação de Bolsonaro no Exército passou pelas pazes que ele fez nos anos 1990 com o general Leônidas Pires Gonçalves — que o prendeu e quis expulsá-lo da corporação. No velório do ex-ministro, em 2015, o então deputado foi afagado pela viúva, Dóris, e disse a Miguel, filho de Leônidas: “Tive muitos problemas com teu pai, mas [...] ele seguramente foi o maior líder militar dos últimos cinquenta anos no Brasil”.

Na edição de 15 de abril de 1992, o *Jornal do Brasil* exprime o problema: “O alvo preferencial do Exército Brasileiro, hoje, tem nome e sobrenome: Jair Bolsonaro, capitão da reserva e deputado pelo PDC do Rio”. “Isso é uma baixaria”, disse um general. “Este fulano fala e abusa de sua liberdade como deputado”, queixou-se outro.



Num prenúncio do que ocorreria mais de duas décadas depois com Temer, Itamar Franco (com os ministros da Marinha, Ivan Serpa, e do Exército, Zenildo Lucena) se aproximou dos militares antes mesmo de assumir, ao perceber que Collor cairia; empossado, recompensou as Forças Armadas com poder e dinheiro.



Um abraço entre Eunice Paiva — viúva do deputado federal Rubens Paiva, torturado até a morte pelo regime e cujo corpo jamais foi encontrado — e o general Alberto Mendes Cardoso, o chefe militar mais poderoso nos anos FHC, marcou a apresentação do projeto de lei da Comissão de Mortos e Desaparecidos, em 1995; no evento, o presidente assumiu a responsabilidade do Estado pelos crimes da ditadura.



Ao lado do vice José Alencar, Lula discursa observado pelo comandante do Exército, Francisco Albuquerque (à dir.), e pelo ministro da Defesa, José Viegas (à esq.), na cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Militar, em 2003; na maior crise militar do seu governo, o general levou a melhor sobre o diplomata.



Em 2011, entre os comandantes da FAB, Juniti Saito (à dir.), e da Marinha, Moura Neto (à esq.), Dilma cumprimenta o do Exército, Enzo Peri. Apesar do bom orçamento e da relação cordial com os chefes das Forças Armadas, o primeiro mandato da presidente foi o começo do fim de uma trégua com a esquerda.



Cinco meses depois, os mesmos comandantes permanecem impassíveis enquanto toda a plateia no Palácio do Planalto aplaude a cerimônia de sanção da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, maior foco de tensões entre governo e caserna.



Como já ocorrera na cerimônia de instalação da CNV, em 2012, Dilma chora na apresentação do relatório final da comissão, em dezembro de 2014, durante o mesmo trecho do discurso: “O Brasil merece a verdade. [...] sobretudo merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia”.



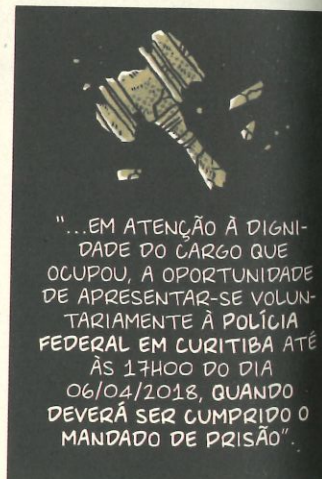
Temer e Villas Bôas são próximos desde quando o primeiro, como vice, foi encarregado por Dilma de coordenar o Plano Estratégico de Fronteiras; estreitaram laços durante o impeachment, até o presidente incentivar o papel do Exército como ator político: “Não é porque é militar que tem que ficar em silêncio”.



Apresentados por Nelson Jobim, Temer e Sergio Etchegoyen tiveram empatia imediata; ao assumir, o presidente recriou o Gabinete de Segurança Institucional e nomeou o general como ministro, um dos chefes da cruzada verde-oliva contra Dilma e que se tornaria o militar mais poderoso de governo substituto.



Temer, que iniciou a militarização do governo ampliada por Bolsonaro, com os chefes do Exército, Villas Bôas (sentado), da Marinha, Leal Ferreira (o primeiro de branco), e da FAB, Rossato. A relação com os comandantes foi de elogios recíprocos. “Eles são formidáveis”, diria o presidente.



HQ publicada pelo PT em 2022 ilustrou com uma imagem atual de Villas Bôas, fisicamente debilitado, relato sobre o tuíte-ameaça do comandante em 2018. Etchegoyen reagiu com ataque a Lula: "Covardia e a mais abjeta perversidade estão a serviço daquela candidatura".



Da turma de Bolsonaro na Aman e leal ao colega, general Pujol (à esq.) foi demitido do Comando do Exército por ser considerado infiel. Filho de outro colega de academia do capitão, o ajudante de ordens e tenente-coronel Mauro Cid (à dir.) virou seu braço direito — seria investigado no inquérito do STF para apurar vazamento de dados sigilosos sobre as urnas eletrônicas.



A partir da direita, Braga Netto, Augusto Heleno e Luiz Eduardo Ramos, os generais de quatro estrelas palacianos que ficariam marcados por sua militância bolsonarista.



Bolsonaro é o único militar sem máscara em cerimônia de comemoração dos oitenta anos da FAB, em janeiro de 2021, no início da segunda e mais devastadora onda de covid-19; o presidente sabotou medidas de combate à doença.



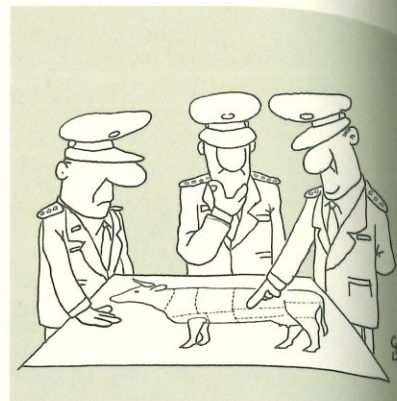
Em reunião durante viagem oficial a Moscou, Carlos Bolsonaro senta ao lado do pai, enquanto cinco militares, incluindo quatro oficiais-generais (Helena, Ramos, almirante Rocha e Braga Netto), ficam em segundo plano. O “gabinete do ódio” liderado pelo Zero Dois triturou vários oficiais graduados.



No dia da votação, pela Câmara, de proposta do governo para tentar implantar o voto impresso, a Marinha promove desfile de veículos militares na Esplanada — que seria ridicularizado aqui e alhures pela imagem de um tanque expelindo fumaça.



O Sete de Setembro de 2021 em Brasília: por incitação de Bolsonaro, festa cívica se transforma em celebração golpista; após ameaças de ataque ao Supremo, na véspera da festa caminhões rompem barreira e invadem a Esplanada; o presidente do tribunal, Luiz Fux, definiria aquele momento como o mais difícil de sua gestão.



Mistura entre Forças Armadas e governo fez a festa de cartunistas, chargistas e humoristas em geral; Benett (acima, à esq.) zombou da vacina escondida do general Ramos; Céllus (acima, à dir.) ilustrou auditoria que revelou gastos da Defesa com picanha e outros itens de luxo; e Iotti (ao lado) mostrou cruzada militar contra as urnas enquanto o país era destruído; esquete do coletivo Porta dos Fundos retratou general como empregado doméstico de Bolsonaro.



Por ter tido publicidade na época em que militares aparelharam o Ministério da Saúde no auge da pandemia de coronavírus, tendo à frente o general Eduardo Pazuello como ministro, o projeto chegou a ser apelidado de “PEC Pazuello”, mas sua elaboração era anterior, motivada sobretudo pelo mau exemplo de Ramos, e teve sinalização de apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Perpétua conseguiu reunir as assinaturas necessárias para dar início à tramitação do projeto na Câmara em julho de 2021. Mais de um ano depois, a PEC seguia empacada na Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

O vice-presidente Hamilton Mourão formulou involuntariamente um sofisma a respeito da situação, que poderíamos batizar de “Paradoxo de Mourão”. Em diversas ocasiões, antes e durante o governo, o general repetiu a ideia — uma espécie de mantra na caserna — de que não integrava um governo militar, mas sim um governo composto por ex-militares. Mas o mesmo Mourão também afirmou seguidas vezes que um insucesso do governo Bolsonaro respingaria na imagem das Forças Armadas. A convocação em massa de fardados da ativa para funções civis na Esplanada enfraqueceu a primeira proposição do vice e reforçou a segunda.

Alheio ao risco — ou melhor, trabalhando para ampliá-lo —, Bolsonaro alterou a legislação para aprofundar a militarização do governo. Em 2019 e em 2021, editou decretos flexibilizando o período de afastamento e ampliando o universo de militares da ativa que podem exercer cargos ou funções tidos como “de natureza militar”. Passaram a ser enquadrados nessa designação cargos e funções no Ministério da Defesa, em tribunais superiores e na Advocacia-Geral da União, entre várias outras repartições, algumas limitadas a militares só da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica. Com a mudança, caiu o limite de “agregação” para quem ocupa essas funções, isto é, tais militares puderam ser emprestados ao governo por tempo indeterminado.⁴¹

Ou seja, Bolsonaro fez alterações na legislação para garantir a expansão da militarização da Esplanada sem ferir as regras do Estatuto dos Militares. Antes, o governo já havia publicado um despacho para esclarecer que, mesmo “agregados” em cargos civis, os militares continuavam submetidos a regime jurídico próprio. Caso praticassem ilícito administrativo, por exemplo, “a instauração do processo, a apuração e o julgamento da infração disciplinar” teriam de ocorrer “no âmbito da respectiva organização militar do investigado, com base na legislação castrense”.⁴²

Um dos primeiros parlamentares a apostar na candidatura de Bolsonaro, Onyx Lorenzoni foi coordenador da campanha do ex-colega de Câmara e, com a vitória dele em 2018, acabou nomeado ministro da Casa Civil. Pasta responsável pela coordenação dos projetos de todos os ministérios, no governo nascente a Casa Civil acumulou também parte da articulação política com o Congresso, dividida com a Secretaria de Governo (de Santos Cruz e depois de Ramos). Ocorre que, sob o comando de Lorenzoni, a Casa Civil virou um caos em ambas as atribuições, algo admitido inclusive por líderes governistas.

O político e veterinário gaúcho acabou sendo então, em fevereiro de 2020, substituído por mais um general de quatro estrelas, Walter Braga Netto — o mesmo que, a contragosto, fora nomeado por Temer interventor federal da segurança pública no Rio de Janeiro. A ele caberia a tarefa de coordenar o governo, muito semelhante, como gostavam de ressaltar vários militares, ao trabalho de chefia do Estado-Maior do Exército, sua função na corporação ao ser convocado para as hostes governistas. A articulação política ficou integralmente para Ramos. Onyx foi alojado no Ministério da Cidadania, o segundo dos quatro de que seria titular durante o governo.

“Ficou completamente militarizado meu terceiro andar. Quatro generais ministros lá. Nada contra civis, são excepcionais”,⁴³ escarneceu Bolsonaro, quando da nomeação de Braga Netto, referindo-se ao pavimento do Planalto onde ficam os gabinetes dos ministros da Casa Civil, da Secretaria de Governo, do Gabinete de Segurança Institucional e da Secretaria-Geral da Presidência. Os ministros eram, na verdade, três generais (Braga Netto, Ramos e Augusto Heleno) e um major da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal, Jorge Oliveira, filho de um amigo e ex-assessor de Bolsonaro, ele sim militar do Exército. Oliveira substituíra na Secretaria-Geral outro general, Floriano Peixoto, deslocado para a presidência dos Correios.

Exceto pela lealdade a Bolsonaro, que também se revelaria crescente até o fim do governo, Braga Netto destoava de Ramos. Em primeiro lugar, pressionado pelo Alto Comando, pediu passagem à reserva antes de assumir o cargo — teria somente mais quatro meses na ativa. Também era (e é) bem mais sisudo, calado e avesso a holofotes. Sabe controlar suas emoções e impor sua autoridade sem espalhafato. Nos quase três anos em que esteve no governo (da

Casa Civil, passou a titular do Ministério da Defesa e de lá a assessor especial de Bolsonaro, de quem se tornou candidato a vice na campanha à reeleição em 2022), não deu nenhuma entrevista exclusiva. Políticos de Brasília que conviveram com ele atribuem seu comportamento esquivo em parte ao trauma pela morte do irmão Ricardo, um tenente da Marinha, durante uma tentativa de assalto no Rio, em 1984.

Entre seus pares, Braga Netto jamais foi tido como um general brilhante ou um estrategista. Tinha no Exército a imagem de um gestor eficiente, um resolvidor de problemas. Bem ou mal, a depender do viés do analista, foi o perfil que de modo geral demonstrou como interventor na segurança pública fluminense. O desempenho desastroso do governo federal no combate à pandemia do coronavírus, cuja coordenação coube à Casa Civil, liderada pelo general, pôs por terra essa suposta qualidade.

Por outro lado, Braga Netto aprendeu rapidamente a fazer política. Logo depois de assumir, por exemplo, pediu ajuda à ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para se aproximar do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do mesmo partido dela e então afastado de Bolsonaro, e vazou essa informação para a imprensa. Disse à ministra que fez aquilo para valorizá-la e impedir sua fritura num momento em que era acossada pelo ruralista Nabhan Garcia, secretário de Assuntos Fundiários e espécie de eminência parda do governo no setor. O general jogava em parceria com outros aliados na Esplanada, em especial com o ministro Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, que se aproximara dos militares quando era secretário de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e ajudou a garantir regras de seguridade social que as Forças Armadas demandavam. Unidos, Braga Netto e Marinho tentaram subjugar o colega da Economia, Paulo Guedes, lançando o plano Pró-Brasil, baseado em obras e investimento público. Guedes bateu o pé, e a dupla teve de recuar — mais tarde, o teto de gastos seria desmoralizado pelas estripulias fisiológico-fiscais do Centrão.

No novo mundo, sob maior escrutínio da imprensa, Braga Netto teve a ética posta em xeque quando sua filha, formada em design, foi indicada (e aprovada pela Casa Civil que ele comandava) para um cargo comissionado como gerente na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com a repercussão negativa do caso, ela desistiu de ocupar a vaga. Antes, uma filha do general Villas Bôas fora nomeada para um cargo comissionado no Ministério dos

Direitos Humanos. Já o filho do general Mourão, concursado do Banco do Brasil, foi promovido e teve seu salário triplicado logo no início do governo.

Como interventor federal da segurança pública no Rio, o general Braga Netto não conseguiu desvendar a autoria do assassinato de Marielle Franco. Mas acumulou informações sobre o submundo do crime no estado, inclusive sobre as milícias que controlam boa parte do território — um universo, conforme se saberia com riqueza de detalhes, muito próximo da família Bolsonaro.

15. Adulterando a história

Entre o Exército e o militarismo, vai um despenhadeiro. O militarismo é a canção do Exército. Dedicado a este, com a mesma firmeza que a todas as instituições do país, pesando-o como um elemento necessário da grandeza nacional, exatamente por isso estigmatizamos o falseamento de sua missão pelos interessados em desnaturá-lo, para submetê-lo. O militarismo pode trazer vantagens a militares esquecidos do voto profissional. Mas, para o Exército, é o descrédito, a ruína, o ódio público. Para a nação, que necessita do Exército, é a mais inenarrável das calamidades: é, se nos permitem essa frase bíblica, a abominação da desolação.

O militarismo está para o Exército, como o clericalismo para a religião, como o industrialismo para a indústria, como o mercantilismo para o comércio, como o cesarismo para a monarquia, como o demagogismo para o governo popular, como o absolutismo para a ordem, como o egoísmo para o eu.

Ora, a política, no Exército, leva fatalmente ao militarismo. Entre o Exército e a política se deve, portanto, levantar a mais alta muralha.

Nesse artigo, publicado em 21 de junho de 1893 no *Jornal do Brasil*, sob o título “Pelo Exército, contra o militarismo”,¹ Ruy Barbosa expunha as feridas de uma instituição arcaica que penava para se modernizar. Crítico do